

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA FORMAÇÃO HUMANA

EDUCATION IMPORTANCE OF CHILD IN HUMAN FORMATION

Ilda Neta Silva de Almeida
ITOP, SEDUC-TO
Ana Lúcia Brito dos Santos
ITOP
Mariany Almeida Montino
Unitins

Resumo: Este estudo aborda o tema, a Importância da Educação Infantil na Formação Humana. Teve como objetivo principal demonstrar a importância da educação infantil para o desenvolvimento e aprendizagem humana da criança de zero a cinco anos. A pesquisa partiu de inquietações resultantes das convivências e participações junto à formação das crianças nos próprios centros de educação infantil no município de Palmas, onde procuramos entender as contribuições da Educação Infantil para a formação integral das crianças nos aspectos físicos, sociais, cognitivos, afetivos e culturais. Desta forma a pesquisa faz uma abordagem sobre a Educação Infantil e seus aspectos legais que a validam como uma fase importante da vida do ser humano. Consecutivamente é pontuada a importância da atuação do professor de educação infantil no desenvolvimento da rotina educacional infantil, não descartando ainda a importância da família em todo o processo de formação da criança. Nesse sentido, a metodologia abordada foi a bibliográfica, pesquisa em livros, documentários e sites sobre o tema. Os resultados da pesquisa apontam a importância dos profissionais trabalharem com qualidade no contexto da educação infantil, sobre tudo pelo fato de contribuir com o desenvolvimento da criança que está iniciando sua vida e encontra-se curioso, motivado e interessado para explorar o mundo, seus conceitos, significados e situações. Podendo futuramente, ao chegar no Ensino Fundamental e demais fases da educação com maior facilidade para aquisição de conhecimentos.

Palavras-Chave: Educação Infantil, Ensino Aprendizagem, Formação Humana.

Abstract: This study addresses the issue, the importance of Early Childhood Education in Human Development. We aimed to demonstrate the importance of early childhood education for human development and learning of children zero to five years. The research came from concerns arising from cohabitation and participation by the education of children in their own children's education centers in the city of Palmas. Where we seek to understand the contributions of early childhood education for the integral formation of children in physical, social, cognitive, emotional and cultural. In this way the research is an approach to early childhood education and its legal aspects that validate as an important stage of human life, consecutively is scored the importance of the role of the professor of early childhood education in the development of children's educational routine, not ruling yet the importance of family throughout the child's education process. In this sense, the methodology was addressed to literature, research in books, documentaries and websites on the subject. The survey results point to the importance of professional work quality in the context of early childhood education, especially for the fact contribute to the development of the child who is starting his life and is curious, motivated and interested to explore the world, their concepts, meanings and situations. May in the future, to get in Elementary Education and other phases of education more easily to acquire knowledge.

Keywords: Early Childhood Education, Teaching and Learning, Human Development.

Introdução

A educação em valores deve ser trabalhada na educação infantil, fundamentando-se no respeito mútuo entre crianças e adultos (professores, pais, funcionários e outros), a fim de fortalecer a autoestima e a construção da identidade, respeitar a diversidade de expressões culturais, valorizar

o trabalho coletivo e desenvolver a solidariedade.

Para cumprir com o objetivo de cuidar e educar as crianças de zero a cinco anos é preciso também cuidar da formação dos educadores infantis.

Se deseja o educador infantil contribuir, satisfatoriamente, para sua formação e na educação da criança de zero a cinco anos precisa formar-se continuamente, fazer-se educador, construir o seu conhecimento, discutir seus valores e saberes. Cuidar e educar em primeiro lugar de si próprio, compreender-se melhor como pessoa e como profissional para só depois ajudar as crianças no seu processo de formação e de construção e reconstrução de conhecimentos, valores e saberes (MORENO, 2005). Assim a formação das crianças não está mais relacionada somente ao assistencialismo higiênico de sobrevivência concebido nas primeiras creches e instituições de educação infantil. Atualmente, há a preocupação com a formação integral das crianças de forma pedagógica, social, cultural, moral e legal.

Segundo Piaget (1994, p. 23), “Toda moral é um sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras.”

Pela teoria de Piaget (1994), o desenvolvimento humano na questão moral nasce das relações sociais. Para a formação dos valores morais, é necessário que haja a interação do sujeito com os diversos ambientes nos quais estão inseridos, deste modo, toda convivência, seja com adultos ou crianças, contribui para que este processo evolua, este desenvolvimento requer tempo.

Os valores são resultados da experiência vivida pelo ser humano (crianças e adultos) ao se relacionar com o mundo e seus pares. A partir desse contexto é possível compreender a responsabilidade da instituição de educação infantil na vida da criança, pois, “a primeira compreensão que temos do mundo é fundada no solo dos valores da comunidade a que pertencemos” (ARANHA; MARTINS, 1992, p.106).

Portanto, garantir à criança de zero a cinco anos uma educação infantil de qualidade significa ofertar para a mesma um “ambiente ideal para o cultivo da tolerância, do combate a preconceitos, do aprendizado com base nas diferenças” (OLIVEIRA 2002, p.53).

São muitas as situações das quais são possíveis e necessárias desenvolver a educação em valores na educação infantil, nesse sentido o papel do professor e da família será muito importante na realização das práticas educativas que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças de modo significativo em sua formação humana.

O presente artigo abordará a Educação Infantil em aspectos legais, o papel do professor e da família na educação infantil e a importância da rotina nas instituições infantis para o desenvolvimento de valores na formação humana.

Educação infantil: aspectos legais

Através da constituição Federal de 1988, as creches e pré-escolas foram reconhecidas como direito e dever do Estado para crianças de todo o Brasil. O artigo 208, inciso IV, afirma que “o dever do estado com a educação será efetivado a garantia de [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (CF, 1988).

A creche e a pré-escola não são mais aquele lugar em que os pais somente deixam seus filhos enquanto trabalham, e sim um lugar pedagógico em que seus filhos aprendem a conviver com seus colegas, onde existe uma proposta que reconhece na criança um sujeito histórico social que é capaz de produzir o conhecimento.

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e o adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CF/88, art.2270).

A Constituição Brasileira afirma de forma bem clara o cuidado que se deve ter com as crianças e os adolescentes, o dever da família com seus filhos, e o dever do estado em relação a estes.

Através da implementação da LDB 9394/96, onde foram estabelecidas diretrizes a serem alcançadas em nosso país, viu-se surgir a primeira etapa da Educação Básica com o objetivo de tratar o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 06 anos de idade. Conforme o que está descrito no artigo 29 e 30 da LDB (9.394/96):

Art.29°. A educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30°. A educação infantil será oferecida em:

I- Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II- Pré-escolas para as crianças de quatro a seis anos de idade. (LDB/9394/96, Art.29 e 30).

Desde a publicação da LDB (9.394/96), vem se discutindo o currículo da Educação infantil. Segundo essa lei, no seu artigo 11, inciso V,

V- Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e com prioridade o ensino fundamental, permitida à atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competências e com os recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e o desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único. Os municípios poderão optar, ainda, por ser integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Todos os municípios têm o dever de oferecer a Educação Infantil em pré-escolas e creches, para faixa etária 0 a 5 anos, no sistema público de ensino, independentemente de qualquer classe social.

Já em 1990, surge o estatuto da criança e do adolescente, conhecido como ECA, para esclarecer os direitos e deveres, das crianças e dos adolescentes, como está descrito no artigo 53:

A criança e o adolescente têm direito á educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:
I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – Direito de ser respeitado por seus educadores;

III – Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer ás instâncias escolares superiores;

IV – Direito a organização e participação em entidades estudantis

V – Acesso á escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Conforme o estatuto da criança e do adolescente no capítulo IV, a criança tem o direito à educação, ao lazer, ao esporte e à cultura. A Lei 9.394/96 constrói um documento chamado RCNEI (Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil), que oportuniza reflexões e discussões, com uma proposta construtivista para embasar o processo de desenvolvimento e aprendizagem da Educação Infantil, com metas claras para que possa esclarecer as dúvidas dos profissionais de

Educação Infantil.

Cabe a toda e qualquer instituição de Educação Infantil oportunizar às crianças elementos para seu desenvolvimento, sem qualquer tipo de discriminação, cumprindo um papel socializador. Propiciando aprendizagens diversificadas, que podem ser oferecidas através de brincadeiras ou de situações pedagógicas monitoradas.

Segundo o RCNEI (1998), a educação significa:

Educar significa, portanto, proporcionar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento, das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades corporais, afetivos, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (RCNEI, 1998, p.23)

A educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos, em seus aspectos físico psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB 1996, art.29).

Deste modo, hoje a Educação Infantil, bem como a criança em si é amparada por lei em todos os seus aspectos como percebemos que é colocado pela Constituição de 1988, pela LDB 9394/96, pelo ECA 1992, pelo RCNEI 1998 e pelas propostas pedagógicas das escolas ou centros de Educação Infantil.

A educação infantil tem papel social fundamental no desenvolvimento humano. A prioridade é a escola fundamental, com acesso e permanência das crianças e aquisição dos conhecimentos, mas a luta pela escola fundamental não contraria a importância da educação infantil – primeira etapa da educação básica – para todos. Em trabalho recente, Campos (1986) sintetizou os principais resultados de pesquisas feitas na Grã-Bretanha, Estados Unidos e América Latina, que avaliaram os efeitos da frequência a programas de educação infantil sobre o desenvolvimento e a escolaridade posterior de crianças de diversas origens sociais, étnicas e culturais.

Concluiu que a frequência à pré-escola favorece resultados de testes realizados no início da escolaridade formal; as crianças mais pobres parecem se beneficiar mais dessa experiência, sendo a qualidade da pré-escola e da escola essencial. Embora as posições dos países sobre a educação da criança variem com a conjuntura política, para Campos a educação infantil se configura como uma das áreas educacionais que mais retribui à sociedade os recursos nela investidos, contribuindo para o desempenho posterior. Contudo os argumentos mais fortes e contundentes sobre a importância da educação infantil se situam no plano dos direitos sociais da infância, de sua cidadania.

A Constituição Federal de 1988, as Constituições Estaduais, as Leis Orgânicas dos Municípios, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional asseguram hoje o direito de todas as crianças a creches e pré-escolas. Mas qualquer educação infantil contribui para o desenvolvimento humano e social? Também em termos qualitativos o trabalho realizado em creches e pré-escolas não é ainda democrático: muitas têm apenas caráter assistencial ou sanitário, que são importantes, mas não substituem a dimensão educativa, social e cultural, cruciais para favorecer o desenvolvimento das crianças e seu direito de cidadania. A educação infantil como espaço de socialização e convivência, que assegure cuidado e educação da criança pequena, não é ainda realidade das creches e pré-escolas brasileiras.

O papel do professor na educação infantil e o desenvolvimento de valores

O relacionamento humano é peça fundamental na realização comportamental e profissional. Desta forma, a análise dos relacionamentos entre professor/criança envolve interesses e intenções, sendo esta interação o expoente das consequências, pois a educação é uma das fontes mais

importantes do desenvolvimento comportamental e agregação de valores nos membros da espécie humana (BRANDÃO, 1981).

É o modo de agir do professor em sala de aula, mais do que suas características de personalidade que colabora para uma adequada aprendizagem e desenvolvimento infantil das crianças. Ser professor ou professora na educação infantil exige uma análise docente dos símbolos infantis. Requer muito mais do que desenvoltura didática de habilidades motoras, é necessário ser um professor analista simbólico:

Considerar o professor como um analista simbólico significa encará-lo como um solucionador de problemas, em contextos marcados pela complexidade da incerteza, e não como alguém capaz de dar respostas certas a situações previsíveis. Os analistas simbólicos são especialistas na identificação, resolução e intermediação estratégicas de problemas, realizando trabalhos que equivalem a quebra cabeças conceituais. Os analistas simbólicos são professores que estão sempre a experimentar e trabalhar em equipes, discutem com seus pares, elaboram conceitos e estratégias, escrevem propostas e projetos. (GARANHANI, 2004, p 193)

Assim, para potencializar os valores humanos na fase inicial da educação infantil de forma mais significativa, não bastará ao professor(a) somente conhecer as teorias sobre a criança, sobre os conteúdos ou conhecimentos pedagógicos a serem desenvolvidos com elas, espera-se que este saiba analisar qual criança está em foco, qual o contexto social, familiar e cultural que a mesma esta inserida.

Diante disso a organização é de extrema importância para o espaço onde as crianças passam a maior parte do tempo. É relevante que haja desafios para estas crianças de forma que as mesmas necessitam participar da elaboração, construção de materiais e rotinas. É de responsabilidade do professor organizar em suas rotinas, agrupamentos de alunos, deixando-os expressar sua criatividade, desta maneira, o desenvolvimento dos alunos (crianças) será muito mais significativo, colaborando para a construção da sua autonomia. A criança necessita perceber-se como sujeito do processo de ensino e aprendizagem, do seu próprio desenvolvimento, cabe ao professor possibilitar a construção das noções sobre si mesma e o mundo.

Devries e Zan (2006) asseveram que, para uma sala de aula ser considerada um ambiente sócio-moral, é imprescindível que a organização do espaço escolar atenda às necessidades fisiológicas, emocionais e intelectuais de todas as crianças.

Uma classe moral inicia com a atitude de respeito do professor pelas crianças e pelos seus interesses, sentimentos, valores e ideias. Este respeito é expressado na organização da sala nas atividades, bem como nas interações do professor com as crianças (DEVRIES; ZAN, 2006, p.67).

O conceito de moral é destacado partindo a priori de que a moral e a *ética* são os princípios morais e valores que norteiam os seres humanos nas suas ações com outros membros da coletividade. (DEVRIES; ZAN, 2006) De modo que, assim como as noções de senso de solidariedade, cooperação, justiça, respeito são trabalhados para e com as crianças estes também desde os primeiros dias na educação infantil, também devem ser desenvolvidos e estabelecidos no ambiente da sala de aula.

O ambiente sócio-moral em uma sala de aula tem que ser caracterizado pelo conforto e incentivo autônomo que as crianças precisam no momento em que realizam suas necessidades físicas, ou seja, a ida ao banheiro, a hora de comer ou repousar, a hora de brincar, desta forma, se torna relevante que os espaços sejam propícios e adequados para elas. As crianças devem se sentir pertencentes à sala de aula, ao espaço escolar, à unidade de ensino que frequentam. Assim, ao longo do desenvolvimento da rotina as crianças vão desenvolvendo o aspecto sócio, que corresponde ao respeito às convenções sociais, regras de boa educação que normatizam e/ou regem

o comportamento dos sujeitos de uma sociedade ou grupo. O conceito de moral corresponde ao respeito às ideias, desejos, pensamentos e sentimentos dos outros. (DEVRIES; ZAN, 2006).

A concepção de criança sócio-moral que se desejamos possibilitar formar não é a de uma criança obediente automatizada, mas de uma criança que segue as regras conscientemente em respeito e harmonia consigo, com os outros, com o mundo e com as coisas.

O respeito do professor pelas crianças exige a comunicação da aceitação e afeto. Se faz necessário o planejamento de um ambiente que encoraje e apoie as expressões de sentimentos, interesses e valores pelas crianças. Isto significa aceitar o direito da criança de sentir raiva e tristeza, bem como sentimentos positivos. (DEVRIES; ZAN, 2006).

O professor de educação infantil é um professor da relação. Relação que se estabelece no cotidiano, na rotina, no dia a dia das rotinas infantis, através da percepção do professor, de sua observação, dialogicidade, vivências e experiências estabelecidas e propostas na sala de aula.

Ser professor da educação infantil, como profissional da relação, é entender que toda criança tem um corpo e uma história que se relaciona com a movimentação do seu corpo e com sua história pessoal. Que o desenvolvimento infantil ocorre na complexa dinâmica de uma cultura na qual a professora e a criança estão inseridas. Portanto, ser uma profissional da relação na educação infantil é estar atenta e respeitar as individualidades, as diferenças e condições que cada criança apresenta para a interação com outros. (GARANHANI, 2010 p. 194)

A relação entre professor e aluno depende, fundamentalmente, do clima estabelecido pelo professor, da relação empática com seus alunos, de sua capacidade de ouvir, refletir e discutir o nível de compreensão dos alunos e da criação das pontes entre o seu conhecimento e o deles. Indica também, que o professor, educador da era industrial com raras exceções, deve buscar educar para as mudanças, para a autonomia, para a liberdade possível numa abordagem global, contribuindo para a formação de um cidadão consciente de seus deveres e de suas responsabilidades sociais.

Assim a rotina será muito importante para o desenvolvimento integral da criança e, conseqüentemente, para os resultados axiológicos de sua formação humana.

Rotina da educação infantil

A organização do tempo pedagógico apresenta uma dinâmica multifacetada, por isso o professor deve perceber as diversas relações sociais entre as crianças e também os gostos e necessidades individuais e coletivas. A rotina deve ser planejada, porém flexível, devendo envolver o cuidado, o ensino e as especificidades imaginativas da criança, segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI):

A rotina representa, também, a estrutura sobre a qual será organizado o tempo didático, ou seja, o tempo de trabalho educativo realizado com as crianças. A rotina deve envolver os cuidados, as brincadeiras e a situações de aprendizagens orientadas. (BRASIL, V.1, 1998, p.54)

Sendo assim, a organização do tempo no espaço educacional está inerentemente ligada às atividades que são propostas para o seu desenvolvimento, além do suprimento das necessidades básicas da criança.

O educador deve refletir sobre a construção desse planejamento, pois, de acordo com Proença (2004, p.13):

A rotina estruturante é como uma âncora do dia-a-dia, capaz de estruturar o cotidiano por representar para a criança e para os professores uma fonte de segurança e de previsão do que vai acontecer. Ela norteia, organiza e orienta o grupo

no espaço escolar, diminuindo a ansiedade a respeito do que é imprevisível ou desconhecido e otimizando o tempo disponível do grupo. É um exercício disciplinar a construção da rotina do grupo, que envolve prioridades, opções, adequações às necessidades e dosagem das atividades. A associação da palavra âncora ao conceito de rotina pretende representar a base sobre a qual o professor se alicerça para poder prosseguir com o trabalho pedagógico.

Mesmo assim, em algumas instituições nas quais a rotina deveria ser uma âncora, o que ocorre, na verdade, é que sua aparência se assemelha a uma camisa de força, pois é organizada de forma em que há um tempo pré-estabelecido para todas as atividades, e esse tempo deve ser seguido rigorosamente, não levando em consideração a individualidade e as diferenças culturais. A esse respeito, Batista (1998, p.46) ressalta:

Na creche há indícios de que as atividades são propostas para o grupo de crianças independente da diversidade de ritmos culturais das mesmas. Todas as crianças são levadas a desenvolver ao mesmo tempo e no mesmo espaço uma mesma atividade proposta pela professora. Trabalha-se com uma suposta homogeneidade e uniformidade dos comportamentos das crianças. Parece que há uma busca constante pela uniformização das ações das crianças em torno de um suposto padrão de comportamento. Se espera que a criança comporte-se como aluno: aluno obediente, aluno ordeiro, aluno disciplinado, entre outras.

Nesse caso, não só ocorre a padronização de atividades como do tempo destinado a elas. Barbosa (2006) acrescenta, ainda, que em algumas escolas existe uma sequência fixa de atividades que ocorrem ao longo do expediente escolar, que geralmente são nomeadas como a “hora de”. Estas atividades são cronometradas e subdivididas em atividades pedagógicas e atividades de socialização, empobrecendo, assim, a compreensão de rotina na Educação Infantil, por tratar as atividades de higiene da criança como destituídas de valor pedagógico e de relações socioculturais.

Além disso, o tempo parece preso a amarras de pressupostos e ideias pré-concebidas que promovem uma prática sem autocrítica, empobrecendo a compreensão da dinâmica das relações sociais. Segundo Batista (1998, p. 46-47):

A lógica da rotina da creche também parece ser fragmentada, pois separa o tempo de educar, do tempo de cuidar, do tempo de brincar, do tempo de aprender, do tempo de ensinar, entre outras. O tempo na creche parece ser recortado minuciosamente: há um tempo pré-determinado para “todos” comer na mesma hora, banhar na mesma hora, dormir na mesma hora, brincar e aprender. Parece ser possível dizer que esta organização, antes de estar centrada nas necessidades das crianças, obedece a uma lógica temporal regida basicamente pela sequenciação hierárquica e burocrática da rotina.

E ainda observando o que dizem os documentos oficiais acerca da organização das rotinas escolares, entre eles o Referencial Curricular Nacional, o qual traz referências de como o tempo pedagógico pode ser organizado, encontramos a descrição do que seriam as atividades denominadas permanentes que estão dispostas ao longo deste capítulo. Segundo o Referencial curricular nacional para a educação infantil (1998, p.55 e 56, vol I) as atividades permanentes podem ser:

- Brincadeiras em espaços internos e externos;
- Roda de história; roda de conversa;
- Ateliês ou oficinas de desenho, pintura, modelagem e

música;

- Atividades diversificadas ou ambientes organizados por temas ou materiais escolha da criança, incluindo momentos para as crianças ficarem sozinhas se desejarem;
- Cuidados com o corpo.

Essas atividades partem do pressuposto da organização do tempo educacional a partir de uma leitura que o educador faz de seus educandos, pois, Barbosa e Horn (2001) acreditam que essa leitura deve observar quais as preferências dos alunos e que comportamentos eles apresentam nas mais diversas situações. O educador deve perceber, ainda, em quais momentos as atividades permanentes são viáveis e necessárias, sempre considerando o contexto sociocultural da proposta pedagógica da instituição, pois as atividades permanentes promovem o desenvolvimento da autonomia e construção da identidade das crianças, e cada atividade propõe diversas situações seja de cuidado, higiene ou prazer.

Já no momento da alimentação, que também deve ser prazeroso e agradável, o educador pode organizar outra oportunidade de socialização das crianças através das conversas informais, também promovendo a autonomia na hora da escolha dos alimentos e da quantidade a ser ingerida, pois em certos momentos algumas crianças se recusam a alimentar-se, seja para gerar tensão ou chamar a atenção dos adultos, ou por estar distraída, ou ainda ter problemas de saúde. Por isso, Piotto et al (2007) apontam que, ao auxiliar a criança na alimentação, desde que se possibilite a autonomia, é possível uma relação satisfatória entre aluno e professor.

No que diz respeito a jogos e brincadeiras, é necessário que o educador tenha ciência da necessidade dessa atividade no cotidiano infantil, como é proposto no RCNEI:

Para que o faz-de-conta torne-se de fato, uma prática cotidiana entre as crianças é preciso que se organize na sala um espaço para essa atividade, separado por uma cortina, biombo ou recurso qualquer, no qual as crianças poderão se esconder, fantasiar-se, brincar, sozinhas ou em grupos, de casinha, construir uma nave espacial ou um trem etc. (BRASIL, V.3, 1998, p.49).

Sendo assim, o educador deve procurar trazer à sala de aula a possibilidade do jogo e da brincadeira em um espaço reservado de preferência claro e com materiais dispostos para as crianças, ter um tempo disponível para essa atividade, tendo consciência de suas três funções no momento do faz-de-conta.

Brincar, jogar, divertir-se na sala de aula constituem atividades estimulantes tanto para o aluno quanto para o professor. Estar aberto para mudar seus paradigmas a respeito de sua forma de trabalho é um exercício que o professor precisa fazer.

Não basta dominar as teorias e decidir-se por trabalhar com jogos. É necessário deixar-se ir junto com a brincadeira, aprender e perceber as diferentes nuances do aprendizado de uma turma. Tudo isso implica libertar o seu fazer profissional das amarras que constrói durante a sua escolarização e sua formação, o que implica um conhecimento pessoal e profissional profundo e muita vontade de mudar, ou seja, de ver algo ser feito diferentemente.

A importância da família no desenvolvimento de valores na infância

A família é a base na formação do indivíduo, é o ambiente em que ocorrem os primeiros contatos e relacionamentos da criança, modelo referencial e responsável pela formação de valores, crenças, entre outras coisas. Assim como a escola, a família tem um papel importante e relevante na formação e desenvolvimento do indivíduo.

A família em si é o principal estimulante para o indivíduo desenvolver suas capacidades, ou seja, a educação inicia-se em casa e a escola é apenas um complemento. A família deve começar a estimular o indivíduo logo nos primeiros anos de vida, através de brincadeiras educativas, ler uma estória, conversa com a criança assuntos de interesse do indivíduo (SOUZA, 2012).

Distante de se tratar de um simples problema, apto de solução natural, a educação dos filhos

é um desafio cujas fundações são culturais. Os pais precisam admitir que também são humanos e seus recursos emocionais, limitados. Dificuldades e crises familiares são inevitáveis.

Por crerem que os filhos encontrarão o próprio rumo, alguns pais acabam por abrir mão de sua autoridade. Temem serem chamados de *caretas*, e acham que as crianças não podem ser tolhidas nas suas reações para se tornarem adultos livres, sem traumas. Adultos que, quando crianças não tiveram limites, mostram-se indecisos, inseguros, incapazes de persistir e lidam muito mal com perdas e frustrações. Aprendem a manipular e mentir, como forma de obter aquilo que desejam. Apresentam também dificuldade em assumir responsabilidades, em manter o que prometem (SOUSA, 2012).

Na educação dos filhos, um dos grandes desafios é, entender que não se consegue educar somente pelo modelo da oratória, não basta falar, tentar verbalizar valores, ensinamentos ou princípios sem praticá-los, ou do tipo “faça o que falo e não o que faço”. As crianças aprendem muito mais pelo campo visual, pelo que veem e experimentam do que pelo dizemos a elas.

As crianças devem vivenciar adultos fazendo por eles o que esperamos que elas eventualmente façam para si mesmas e para os outros. Não é apenas o testemunho ou a observação que ensina, é fazer parte de um relacionamento em que certas atitudes, valores, ideais e objetivos são parte de interações sustentadoras de adulto-criança (BRAZELTON e GREENSPAN, 2000).

A parceria entre a família e a escola deve ser alicerçada em um único possível objetivo em comum, formar cidadãos conscientes da sociedade em que habitam, com valores éticos e morais e com uma perspectiva de um futuro promissor. A família pode participar de várias formas na vida educacional do estudante, segundo Freitas, Maimoni & Siqueira, (1994), elas podem: acompanhar tarefas e trabalhos escolares, verificar se o filho está fazendo as atividades solicitadas pelo professor, estabelecer os horários para estudo, informar-se sobre matérias e provas, dentre outras.

A família para a criança é a sua primeira sociedade, é nela que a criança começa a ter seus primeiros contatos com a convivência humana. A base família representa um porto que precisa ser seguro, capaz de transformar essa criança em um Ser Humano, cada vez mais confiante e encorajado, podendo contar com os adultos à sua volta. Nesse período, é fundamental a constante presença física de um adulto para que possa mediar as ações infantis, caso haja necessidade (CHRAIM, 2009, p 40).

A família precisa assumir o compromisso com a formação do caráter e dos valores da criança. A família é responsável pela formação e a escola pela informação (CHRAIM, 2009, p 40)

É a família que desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, estimulando o mesmo em todos os aspectos de sua vida.

Considerações finais

Neste estudo procurou-se tratar do desenvolvimento e do processo de aprendizagem da criança como fatores fundamentais para sua formação humana. As crianças que participam de instituições de ensino infantil de 0 a 5 anos apresentam maior possibilidade de desenvolverem integralmente, conforme a perspectiva legal da LDB 9394/96 “A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

O desenvolvimento integral da criança pode ser assegurado nas instituições de ensino infantil, onde as propostas pedagógicas contemplam as necessidades do infante de forma global possibilitando-lhes atividades físicas para o desenvolvimento psicomotor. Atividades de socialização para possibilitar a interação consigo mesma e com os outros. Atividades pedagógicas

incentivadoras de suas estruturas cognitivas e atividades lúdicas favorecedoras do processo de ensino e aprendizagem (HAYDT, 2002, p 48)

Essas crianças que ingressam mais cedo nos Centros Municipais de Educação Infantil podem se adaptar à rotina de vida social, assimilar as noções de horários, perceber conceitos de limite, internalizar valores sociais concebidos no modelo e contexto em que se encontram inseridas, bem como podem desenvolver melhor suas habilidades psicomotoras.

A Educação Infantil desempenha um papel fundamental junto à criança, principalmente em seus primeiros anos de vida, que lhe possibilita uma maior participação e desenvolvimento na sociedade, interagindo e conhecendo sua identidade, autonomia, aprendizagem e especificidade (HAYDT, 2002, p 52).

Ressaltamos ainda que com a definição do tema, a importância da educação infantil para formação humana, foi possível conhecer e identificar o crescimento histórico legal da educação infantil junto à sociedade e a família, assim como seu processo de aprendizagem que para acontecer necessita de uma rotina planejada, intencional e planejada.

A educação infantil, na representatividade física, como CMEIS (Centros Municipais de Educação Infantil) pode ser uma instituição favorecedora do desenvolvimento humano de forma positiva, desde que tenha assegurada às crianças seus direitos e condições sociais para conviverem e participarem adequadamente, pois há ainda algumas instituições de educação infantil que não atendem as necessidades infantis quanto a espaço, tempo, condições, recursos e proposta pedagógica, de modo que percebemos que nem todas as creches e pré-escolas no Brasil funcionam do modo ideal.

Com este estudo, fica comprovado que é necessária a contribuição de uma educação infantil de qualidade junto à criança além de aprimorar seus conhecimentos e ampliar suas experiências (RCNEI, 2008 p 17).

Os resultados apontam que o professor deve ter um olhar mais sensível junto à criança, sobretudo, deve desenvolver um trabalho pedagógico que possibilitará a integração e a socialização do mesmo no ambiente escolar e social.

A educação infantil bem desenvolvida e planejada poderá possibilitar que a criança desenvolva o respeito ao outro, ao mundo e às coisas; sinta-se autônoma e capaz de criar e resolver situações, interaja com contextos e linguagens diversas; conheça diversos elementos visuais dinâmicos, manuseie e toque recursos e objetos; absorva noções intelectivas, sociais e afetivas, bem como terá seu processo alfabetizador mais estimulado.

Diante do contexto foi possível retratar todo o crescimento educacional no qual a infância está vinculada, e sua importância para a formação humana da criança. Sendo assim espera-se da sociedade um melhor reconhecimento da educação infantil, não só como direito da criança, mas, sobretudo pelo fato de possibilitar-lhe o seu desenvolvimento social e humano.

Referências

ABREU, Maria C. & MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula**. São Paulo: MG Editores Associados, 1990.

ARANHA, M.L.A; MARTINS, M.H.P. **O mundo dos valores**. In: Temas de Filosofia. São Paulo: Moderna, 1992.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por Amor e Por Força: Rotinas na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARBOSA HORN, Maria da Graça Souza. Organização do Espaço e do Tempo na Escola Infantil. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E. **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: ArtMed, 2001.

BATISTA Rosa. **A rotina no dia-a-dia da creche: entre o proposto e o vivido**. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

BASTOS, M. H. C. Apresentação. In: FROEBEL, F. **A educação do homem**. Tradução de Maria Helena Câmara Bastos. Passo Fundo: UPF, 2001^a, p. 5-11.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal nº8069, de 13 de julho de 1990. Índice elaborado por Edson Seda. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1994.

_____. **Lei de diretrizes e base da Educação Nacional**. Lei nº9.394/96, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. V. 1.

_____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. V. 2.

_____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. V. 3.

BRAZELTON, T. Berry e GREENSPAN, Stanley I. **As necessidades essenciais das crianças: o que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CASSIA, Adriana de. **A escola e a família no desenvolvimento do indivíduo**. Artigo, (2013). Disponível em: <com/a-escola-e-a-familia-no-desenvolvimento-do-individuo/>. Acesso em: 02 jun. 2016.

CAMPOS, Maria Malta. **A constituinte e a educação da criança de 0 a 6 anos**. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 59, p. 57-65, novembro 1986.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa quantitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006.

CHRAIM, Albertina de Mattos. **Família e escola: a arte de aprender para ensinar**. Rio de Janeiro: Wak. 2009

DEVRIES, R; ZAN, B. **A ética na educação infantil (o ambiente sócio-moral na escola)** Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FORTUNA, Tânia Ramos. **A reinvenção da infância: Pátio Educação Infantil**. Porto Alegre: ano II, N6, Dez. 2004/Mar 2005.

FREITAS, G. B., MAIMONI, E. H. & SIQUEIRA, M. M. M. (1994). **Escala reduzida de envolvimento de pais na vida escolar do aluno (EEPVA)**. XXIV Reunião Anual de Psicologia, da Sociedade Brasileira de Psicologia, 437.

FROEBEL, Friedrich. **A Educação do Homem**. Tradução: Bastos, Maria Helena Camara. São Paulo: Editora UFG, 2001.

GARANHANI, Marynelma Camargo. **Concepções e práticas pedagógicas de educadoras da pequena infância: os saberes sobre o movimento corporal da criança**, São Paulo, 2004, tese (Doutorado em Psicologia da Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p 26

RIZZI, Leonor & HAYDT, Regina Célia. **Atividades Lúdicas na Educação da Criança**. São Paulo: Ática, 2002.
KUHLMANN JR., M. **A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX**. In: FREITAS, M. C.; KUHLMANN JR., M. (Orgs). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. P. 459-501.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MARCÍLIO, Maria Luiza. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

MESQUITA, Marcio Pires de. **A infância e a juventude no Brasil**. Disponível em: <R://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/conselhos_fundos_orcamento/ct_doutrina/A%20Inf%C3%A2ncia%20e%20a%20Juventude%20no%20Brasil.doc>. Acesso em: 05 mai. 2016.

MICARELLO, Hilda A. L. da S. **Professores da pré-escola: trabalho, saberes e processos de construção de identidade**. Tese de doutorado, 2006. Disponível em: <marwell.lambda.ele.puc-rio.br/>. Acesso em: 05 abr. 2016.

MORENO, Gilmara Lupion. **A construção de valores na primeira infância e a formação do educador**. Artigo. Universidade Estadual de Londrina – PR, 2005. Disponível em: <puccpr.br/eventos/educere/educere2005/anaisEvento/documentos/painel/TCCI138.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2016.

OLIVEIRA, Z.R. **Pode-se falar em uma escola da infância? In: Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: Fundamentos e métodos**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIAGET, J. (1994). **O julgamento Moral da criança**. Trad. Por Elzoulenardon, São Paulo: Editora Mestre Jou. 1977.

PIOTTO, Débora Cristina; FERREIRA, Marisa Vasconcelos; PANTONI, Rosa V. “Comer, comer... comer, comer... é o melhor para poder crescer...” In: (Org.) ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde; MELLO, Ana Maria; VITÓRIA, Telma; GOSUEN, Adriano; CHAGURI, Ana Cecília. **Os Fazeres na Educação Infantil**. 9ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2007

PROENÇA, Maria Alice de Rezende. A rotina como âncora do cotidiano na Educação Infantil. **Revista Pátio Educação Infantil**, Porto Alegre, n. 4, p.13-15, 04 abr. 2004.

RHETA, Devries. ZAN, Betty. **A ética na educação infantil: O ambiente sócio-moral na escola**. Porto alegre. 2006

SAITO, H. T. I. **História, Filosofia e Educação: Friedrich Froebel**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2004.

SILVA, Carmem Virgínia Moraes da; FRANCISCHINI, Rosângela. **O surgimento da educação infantil na história das políticas públicas para a criança no Brasil**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 8, n. 12. 2012. Disponível em: <R://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/746/718>. Acesso em: 06 mai. 2016

SILVA, Maria Elisandre. **A importância da educação infantil para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança**. Artigo. Londrina – PR, 2010. Disponível em: <www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/MARIA%20ELISANDRE%20DA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2016

SOUZA, Jacqueline Pereira de. **A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança**. INESC – INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO CEARÁ. Fortaleza – CE, 2012. Disponível em: <www.apec.org.br/extra/artigos_cientificos/A_IMPORTANCIA_DA_FAMILIA_NO_PROCESSO_DE_DESENVOLVIMENTO_DA_APRENDIZAGEM_DA_CRIANCA.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2016.

TOMAS, Catarina Almeida./ **A transformação da infância e da educação: algumas reflexões sócio-**

histórica. *Pidéia* Ribeirão Preto, v.11, n.21.2001/ Disponível em: <R:R.scielo.br/scielo.php?pid>.
Acesso em: 20 mai. 2016.

Recebido em 20 de setembro de 2016
Aprovado em 23 de setembro de 2016.